



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

O trabalho profissional em Serviço Social: seu fundamento em torno da categoria trabalho

Elaine de Almeida Wantil Teixeira¹

Resumo

O presente artigo trata da apreensão da categoria trabalho na obra de Marilda Iamamoto, e sua formulação a respeito do trabalho profissional de Serviço Social. Utiliza-se como fonte de pesquisa as obras publicadas pela autora, visando dissertar sobre o fundamento filosófico e forma social da categoria estudada. Em torno do objeto apreende-se as categorias teóricas abordadas por Marilda Iamamoto que guardam relação com a categoria trabalho. Conclui-se que a autora se apoia nos textos filosóficos de Marx e na crítica da economia política para compreender a categoria trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Forma social. Serviço Social

Abstract

This article discusses the apprehension of the work category in the Marilda Iamamoto's bibliographical production, and her formulation about the professional work of social worker. Used as a source of research works published by the author, aiming lecture on the philosophical foundations of the category, and its social form. Around the object-grasps the theoretical categories addressed by Marilda Iamamoto that are related to the work category. We conclude that the author relies on the philosophical texts of Marx and the critique of political economy to understand the work category.

Keywords: Work. Social form. Social work.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas prevalece o modo de organização em que a relevância da produção humana pauta-se menos no conteúdo material da riqueza, que confere valor de uso aos produtos do trabalho humano, e mais na forma social que cria o valor de troca, cada vez mais superdimensionado. Isto se dá porque predominam as relações em torno

¹ Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora substituta no departamento de Serviço Social da UFES.

da valorização e acumulação do capital, de modo que a produção não tem como função primeira satisfazer necessidades humanas, mas visa prioritariamente reproduzir o capital.

Karl Marx desenvolveu uma formulação filosófica de trabalho que abarca o todo da existência do homem, relaciona-se à práxis fundamental da espécie humana, havendo uma união essencial entre homem e objetividade. Mas na sociedade moderna, enquanto categoria da economia política, o clássico autor aponta as limitações do trabalho em torno da autorrealização do homem. Nesta forma social e histórica verificam-se barreiras à realização das potencialidades humanas, uma vez que se torna limitada a práxis fundamental, o trabalho criativo, e, portanto, realiza-se uma mutilação intelectual e moral, uma desumanização do homem (SANTOS, 2014).

Em seu fundamento o trabalho é o elemento primordial para o aporte das sociedades, visto que por meio dele torna-se possível o aprimoramento da condição humana. Aquele se caracteriza como atividade fundamental do ser social, através da qual o indivíduo submete a natureza às suas forças para transformá-la e propiciar condições objetivas de vida em sociedade conforme as vislumbrou na consciência. Tal atividade oportuniza ao homem a transformação de si mesmo, pois o ato criador permite o alcance de conhecimentos e habilidades essenciais ao desenvolvimento humano e social (MARX, 2013).

É relevante afirmar que Yamamoto fundamenta sua análise na teoria social crítica, de inspiração marxiana. Ao analisar o significado social da profissão de Serviço Social a autora tem como fundamento o método do materialismo histórico-dialético, de modo que aborda a categoria trabalho como elemento central para a compreensão das relações sociais instauradas na sociedade burguesa. Busca apreender o movimento do real e a historicidade dos processos sociais e refazê-los ao nível do pensamento, voltando-se para as relações sociais presentes nas formações sociais cujo modo de produção é orientado pelo capital.

Na busca de alcançar os elementos para a análise proposta abordaremos, com base nas obras de Yamamoto, as principais categorias por ela analisadas que se relacionam com a categoria trabalho. Podemos perceber inicialmente, em sua primeira obra, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”,

que a autora parte da categoria produção e reprodução do capital, em uma perspectiva macrossocial, visando compreender como se organiza a relação entre capital e trabalho, bem como o significado social do Serviço Social no contexto da sociedade burguesa, em outros termos, o papel da profissão no modo de produção orientado pelo capital.

Na obra “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos” identificamos que a categoria relacionada ao objeto de nossa análise é a categoria divisão social do trabalho. Esta contribui para a compreensão da organização do trabalho na sociedade capitalista, e a elucidação sobre como se altera a relação entre o trabalho e os meios de produção. Tal mediação contribui para reflexão sobre a forma social e histórica do trabalho e para a compreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo.

Em “Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, Yamamoto afirma que a prática do Serviço Social se insere em processos de trabalho, de modo que se apropria da referida categoria para argumentar a respeito dos elementos que compõem os processos de trabalho nos quais se insere o Serviço Social, seus instrumentos, o objeto sobre o qual incide a ação e a prática como trabalho.

No livro “Trabalho e Indivíduo social” a autora analisa o trabalho do ponto de vista do indivíduo social, a partir de uma análise do trabalho em si, na sua generalidade. Aborda a sociabilidade em torno do trabalho na sociedade burguesa, responsável pelos processos de alienação. Afirma que, apesar das condições históricas, não desconsidera o sujeito nos processos sociais, ao contrário considera que os referidos processos são movidos por momentos de estrutura e ação do sujeito. Portanto, apropria-se da categoria sociabilidade para compreender a relação entre causalidade e teleologia na sociedade burguesa.

Na obra intitulada “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” a autora traz elementos para a compreensão das relações sociais do ponto de vista do exercício profissional. Discute o trabalho do Serviço Social em sua dimensão assalariada e em sua intencionalidade, se apropria das categorias trabalho concreto e abstrato. Tais categorias são *a priori* abordadas quando a autora trata da

compreensão do circuito de produção e reprodução do capital e do trabalho neste contexto. Contudo, na referida obra, ela as aborda na perspectiva do trabalho profissional.

Com base em uma leitura atenta das obras de Yamamoto, é possível observar que a autora evidencia a dupla dimensão do trabalho na sociedade burguesa, dispõe-se a analisar a forma social e histórica do trabalho, e sem desconsiderar a essência desta ação humana, fundamental a todas as sociedades, traz para a pauta do debate as particularidades oriundas do modo de produção no qual esta atividade encontra-se inserida. Tal nível de abstração é perceptível pela eleição das categorias teóricas que embasam sua análise.

2 A CATEGORIA TRABALHO NA OBRA DE IAMAMOTO

No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas as relações sociais perpassam a especificidade da produção capitalista, de modo que a categoria produção e reprodução de capital encontra-se no centro da análise de Yamamoto. Ocorre que em qualquer sociedade as relações mais fundamentais vinculam-se à produção dos meios de vida e dos meios de trabalho, e na sociedade burguesa não é diferente. De modo que a categoria ora referida é crucial para a compreensão da forma como se organiza o trabalho nos processos sociais oriundos da referida sociedade. A autora argumenta que o capital é a relação social dominante na qual o trabalho é o outro pólo, sendo estes uma unidade de contrários.

Nesta relação o trabalho se encontra subsumido ao capital, verifica-se a concentração dos meios de produção na forma de propriedade privada da classe capitalista, ou seja, as condições de realização do trabalho estão dissociadas do trabalhador. Verifica-se ainda que as relações de produção mediadas pelo capital perpassam a dominação de ramos inteiros de produção, os quais são fundamentais para a produção da vida em sociedade.

O capital, por sua vez, se expressa na forma de mercadorias, que compreendem os meios de produção e os meios de vida. Aquelas são objetos úteis para a satisfação de necessidades humanas, são produtos de um trabalho concreto, que tem uma qualidade específica. Mas as mercadorias possuem uma dupla dimensão, visto que se constituem também em um valor que se expressa na forma valor de troca, trata-se da magnitude, da

quantificação do trabalho que é contido em determinada mercadoria, a expressão do trabalho indiferenciado, abstrato (IAMAMOTO, 1998).

A produção da vida, portanto, encontra-se subordinada ao modo capitalista de produção, o qual compreende uma dupla dimensão, é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização. Produzem-se, portanto, mercadorias que se configuram como valor de uso e valor de troca, este último como forma de manifestação do valor, a substância social presente na mercadoria. Ocorre que a referida substância presente na mercadoria se tornou a finalidade do processo de produção capitalista.

Neste sentido, a autora observa o processo por meio do qual as relações entre os homens realizam-se por meio das coisas, mas são mistificadas como relações entre coisas. Há uma inversão de papéis entre o homem e a mercadoria, que pode ser observada na relação entre aquele e os meios de produção. No processo de trabalho o homem utiliza os instrumentos para manipular o objeto com a finalidade de transformá-lo, ele domina o processo. No processo de valorização o trabalho é meio de valorização de valores criados em processos de trabalho anteriores, com a finalidade de ampliar o capital, estando o trabalhador dissociado do produto do trabalho e das condições de produção (IAMAMOTO, 1998).

O trabalho como fundamento do desenvolvimento humano é central para a emergência e desenvolvimento do ser social, mas não é central apenas sob este nível de análise, é central em qualquer forma de sociedade. Na forma social e histórica que prevalece na sociedade burguesa, aquele é o elemento primordial para a valorização do capital, que se configura o objetivo primeiro do processo de produção capitalista. Portanto, o capital não se reproduz por si só, este necessita do trabalho. Para que o capital seja reproduzido é necessário que se produza trabalho excedente, cuja função é o consumo da classe capitalista e o acréscimo de capital no ciclo produtivo.

Por outro lado, ou como face da mesma moeda, o capital também reproduz o trabalho, o reproduz como trabalho assalariado, visto que o salário é suficiente para reproduzir a força de trabalho dissociada dos meios de produção. De tal modo, o trabalhador precisa retornar ao mercado, e vender parte de si mesmo para continuar garantindo sua subsistência e de sua família. Portanto, o salário, ao reproduzir a força de trabalho

divorciada dos meios de produção, reproduz o componente fundamental para a reprodução do capital (IAMAMOTO, 1998).

A compreensão da autora em torno do trabalho, em conformidade com a matriz marxiana, perpassa a ideia de que a produção da vida na sociedade burguesa é subordinada ao trabalho excedente, sendo este predominante em detrimento do trabalho que satisfaz as necessidades dos trabalhadores, as quais são baseadas na reprodução daquele como trabalhador destituído das condições de produção. A lógica de produção da riqueza material não visa à satisfação das necessidades de toda a sociedade, mas à valorização do capital apropriado privadamente pela classe capitalista, com vistas à sua acumulação.

A referida lógica de produção envolve relações sociais mistificadas, que são reproduzidas ao passo que se reproduz o capital. Com tal ciclo de reprodução a referida mistificação, que envolve a subsunção do trabalho, faz parecer que todas as forças produtivas sociais do trabalho são forças do capital, oriundas do trabalho materializado que enfrentam e dominam o trabalhador como coisas alheias a ele (IAMAMOTO, 2008). A produção capitalista extrapola a produção de valor e mais-valia, transcende à produção do capital num sentido amplo, como relação social que se produz e reproduz.

Em torno do trabalho Iamamoto aborda ainda a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura e na indústria. Afirma que a partir da manufatura a divisão do trabalho adentra o processo de trabalho, o fragmenta, de modo que o trabalhador perde a dimensão do processo de trabalho como um todo. O produto do trabalho passa a ser comum de uma coletividade de trabalhadores parciais, que não se reconhecem no resultado do trabalho (IAMAMOTO, 2007).

Esta forma de divisão do trabalho é partícipe no processo de alienação, o qual se acirra na divisão do trabalho na indústria, propiciada pelo desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e pela introdução de um sistema de máquinas. Ocorre que o trabalhador depara-se com um sistema objetivo como condição dada, e neste contexto os homens tornam-se apêndices das máquinas, de modo que veem depauperada sua atividade muscular e confiscada a sua atividade intelectual. O trabalho objetivado, portanto, predomina no

processo produtivo, apresenta-se em proporções maiores e aparece mistificado como dotado de poder que domina o trabalho.

Este modo de organização do trabalho, contudo, cria uma nova força produtiva. Força produtiva do trabalho desenvolvida pelo trabalhador à medida que é submetido a determinadas condições de trabalho, oriundas da cooperação. Mas a referida força produtiva é apropriada pelo capital e aparece como força produtiva inerente a este. Ocorre que o conjunto dos trabalhadores organizados a partir do trabalho coletivo representa uma forma de existência do capital, e conforme as condições dadas em que se realiza o trabalho, a produtividade fomentada é produtividade do capital, serve aos interesses deste (IAMAMOTO, 2007; MARX, 2013).

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, portanto, é apropriado pelo capital, e além de servir ao seu engrandecimento, aparece como elemento dissociado do trabalho. Contudo, o aprimoramento dos meios de produção é intrínseco ao trabalho, apesar de no modo de organização capitalista atender prioritariamente aos interesses do capital. Iamamoto (2007) afirma que é importante fazer distinção entre o caráter civilizador do capital, que advém do impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, e o caráter alienante e destrutivo que assume, em virtude da forma de organização do trabalho.

Assim a autora apreende a forma social do trabalho, que perpassa um modo de organização com base em uma divisão do trabalho, como trabalho fragmentado sob o aspecto da cooperação propiciada pelo capital. Iamamoto reconhece que desta forma de organização é legatária a alienação, que perpassa um processo de reificação, e a ausência de identificação entre o trabalhador e a objetivação de seu trabalho.

É notável o alto nível de abstração, em consonância com a matriz marxiana, realizado pela autora para compreender o modo de organização da sociedade, bem como as relações sociais que se estabelecem nela. Iamamoto parte do primado da totalidade para fazer uma análise macrossocial visando apreender o que há de mais expressivo na estrutura da sociedade, e depara-se com a categoria trabalho como elemento central na sociedade cujo modo de organização perpassa o capital. Contudo, a autora não deixa de considerar o trabalho como fundamento de emergência e desenvolvimento do ser social.

É neste sentido que Iamamoto (2006) aborda também o trabalho do ponto de vista do indivíduo, visa apreendê-lo de maneira genérica, e compreende-lo na perspectiva da sociabilidade do indivíduo, conforme é vivenciado no modo de organização da sociedade burguesa. Portanto, é possível perceber na análise da autora a categoria trabalho no circuito mais amplo de produção e reprodução do capital, mas sem desconsiderar o sujeito no processo de produção, que é dotado de capacidade teleológica, de modo a não estar totalmente determinado pela estrutura social.

Iamamoto afirma que do trabalho deriva do universo humanizado, legado de gerações precedentes, de objetivações anteriores. O trabalho concreto, portanto, é condição da vida humana, é a atividade fundamental do homem, atributo de liberdade e consciência. Contudo, argumenta que na sociedade burguesa a forma de produtividade humana é uma forma histórica particular, que envolve um desenvolvimento humano universal, mas também é tributária da alienação dos indivíduos sociais. Seu diferencial é o caráter social assumido pelo trabalho como valor, e a forma social do trabalho baseada em relações mercantis (IAMAMOTO, 2006).

Em uma sociedade onde o valor é um imperativo ocorre uma transmutação das relações sociais no fetiche das relações sociais entre coisas, resultando em um amplo processo de reificação. A forma social em que está imerso o trabalho faz submergir o sujeito na medida em que prevalecem as coisas como objetos dotados de poder, resultando em um estranhamento do produtor em relação às suas próprias objetivações.

O trabalho, neste contexto, não é diretamente social, uma vez que a relação pelo trabalho passa a ser estabelecida por via das coisas materiais com a mediação do mercado. Ocorre que o indivíduo produz valores de uso para outros, atendendo a necessidades sociais com produtos universais, e o trabalho torna-se carente de individualidade, apresenta-se como trabalho abstratamente geral (IAMAMOTO, 2006). Nesta forma de sociabilidade a relação social fundamental, que advém do trabalho, aparece como relação entre coisas. Estas, na forma de mercadoria ofuscam a relação social entre os indivíduos produtores, em um contexto em que prevalece o fetiche da mercadoria.

Esta forma reificada, na qual se expressa o trabalho humano, é própria do caráter social do trabalho que produz mercadorias, visto que o intercâmbio entre os homens, a reciprocidade necessária à produção e reprodução da vida, apresenta-se como algo alheio aos indivíduos, como coisas materiais. Nesta forma histórica de individualidade os homens parecem independentes entre si, e dependentes apenas das coisas materiais (IAMAMOTO, 2006).

A autora sugere que a análise do capital como relação social dominante não se prende a um determinismo econômico, mas envolve uma sociabilidade alienada que tem origem naquela relação social dominante. Então, do ponto de vista do indivíduo o elemento central de sua sociabilidade, o trabalho, é permeado por relações sociais mistificadas, legatárias de uma consciência alienada.

3 O TRABALHO PROFISSIONAL NA COMPREENSÃO DE IAMAMOTO

A partir da apreensão da categoria trabalho em Marilda Yamamoto, o que dizer do trabalho profissional do assistente social? A autora visa compreender primeiramente o significado do Serviço Social no modo de produção capitalista, seu papel no circuito de produção e reprodução do capital. Afirma que este atua em meio a uma contradição fundamental, que perpassa o antagonismo entre as classes sociais, pois se por um lado os Serviços Sociais são expressão concreta dos direitos sociais frente às pressões da classe trabalhadora, por outro carregam os interesses do capital em garantir as condições de sua produção e reprodução. Os serviços sociais podem, portanto, atender pela mesma atividade interesses do capital e do trabalho.

Os sujeitos profissionais atuam com uma intencionalidade, visto que realizam um trabalho de qualidade determinada que objetive uma transformação no objeto sobre o qual atua. Mas este mesmo trabalho é dotado de um significado social que advém das condições objetivas, conforme conjunturas históricas. De modo que os serviços sociais contribuem decisivamente para a reprodução do capital, na medida em que estes se encontram inseridos no circuito do valor, ao reduzirem o limite negativo colocado à valorização do capital.

Iamamoto (1998) afirma que a profissão não se inscreve, predominantemente, entre as atividades que se encontram diretamente ligadas ao processo de criação de valor, mas que nem por isso está alijada do processo de produção social em sentido amplo. Em geral sua atividade é denominada trabalho improdutivo. Contudo, essa atividade se relaciona às condições de funcionamento da força de trabalho, uma vez que as atividades que compõem os serviços sociais são partícipes na reprodução daquela. Tais atividades estão inscritas em políticas sociais, e funcionam como salários indiretos ao atender necessidades de reprodução do trabalhador que o preço da força de trabalho não paga.

O Serviço Social neste processo, portanto, é uma especialidade dotada de funcionalidade junto ao capital, que advém de sua dimensão abstrata. Quando pensado no circuito de produção e reprodução do capital, aquele trabalho, no âmbito das políticas sociais, pode contribuir para a reprodução do capital de maneira ampliada. Referimo-nos às atividades que mesmo não sendo necessariamente produtivas, contribuem decisivamente para a reprodução do capital, ao encontrarem-se inseridas no circuito do valor, a fim de reduzir o limite negativo colocado à valorização do capital. Portanto, o Serviço Social não está alijado da produção social em sentido amplo, uma vez que participa da “[...] criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais-valia” (IAMAMOTO, 1998 p. 86).

Deste modo Iamamoto compreende o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, parte da divisão social e técnica do trabalho. Assim, o compreende visto que é expressão das necessidades sociais oriundas da organização social e histórica da sociedade. Tais necessidades sociais perpassam a contradição fundamental entre classes sociais, e se expressam na questão social, de modo que os serviços sociais atuam nas expressões da referida questão social. Do ponto de vista do trabalhador o consumo de tais serviços é parte dos seus meios de sobrevivência, mas do ponto de vista do capital os mesmos serviços servem para reproduzir o trabalhador como fonte de riqueza, elemento fundamental do processo produtivo, único capaz de agregar valor aos meios de produção.

Iamamoto (2004) argumenta que o Serviço Social enquanto uma especialidade do trabalho coletivo encontra-se inserido em processos de trabalho, que compreendem uma ação destinada a um fim, meios e objeto de trabalho. Quanto ao objeto sobre o qual incide

a ação, afirma-se a questão social em suas refrações. Seus meios de trabalho compreendem o conhecimento da realidade, oriundo das bases teórico-metodológicas, meio fundamental que proporciona a realização de uma leitura da realidade e o direcionamento da ação. Isto se materializa através de algumas técnicas, tais como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos, entre outras.

Quanto ao trabalho do Serviço Social seu valor de uso perpassa a utilidade dos serviços prestados que pode ser compreendida do ponto de vista da população usuária de tais serviços. Estes atendem a demandas reais da classe trabalhadora que objetivamente acessa direitos sociais ou benefícios, os quais impactam diretamente em suas condições de vida. Quanto à relação do trabalho do Serviço Social com a produção e reprodução do capital observam-se implicações ao nível do circuito do valor de maneira ampla. Ocorre que ao viabilizar direitos e benefícios sociais que perpassam as necessidades de sobrevivência material e social da classe trabalhadora, os serviços sociais executados pelo profissional competente participam na reprodução da força de trabalho daquela classe, contribuindo assim para a reprodução do capital.

Iamamoto, portanto, contempla primeiramente na totalidade da sua obra, as mediações necessárias para a compreensão da lógica em que se insere o trabalho na sociedade, entre os quais o trabalho do Serviço Social, sua inserção no circuito do capital e suas implicações na órbita do valor. Posteriormente, aborda os elementos que expressam as particularidades do exercício profissional: a dimensão concreta do trabalho, contida no projeto ético-político profissional, bem como os constrangimentos atinentes ao seu estatuto assalariado que o caracterizam como trabalho alienado, conforme as contradições próprias do modo de organização capitalista, apesar de sua dimensão criativa.

Nesta perspectiva a obra de Iamamoto traz elementos importantes para pensar que o trabalho do Serviço Social é como tantos outros na sociedade do capital uma unidade contraditória de trabalho concreto e abstrato. Tais dimensões se expressam nas particularidades de seu exercício profissional tanto na dimensão de seu valor de uso, quanto nos constrangimentos atinentes ao seu estatuto assalariado que o caracterizam como trabalho alienado, conforme as contradições próprias do modo de organização capitalista, apesar de sua dimensão criativa (IAMAMOTO, 2008).

Seu estatuto assalariado tem implicações referentes às condições históricas de apropriação do trabalho pela via do mercado, que implica em seu uso durante uma determinada jornada para a realização de um trabalho específico, conforme os objetivos do empregador. Neste contexto o empregador define o recorte do trabalho profissional, fornece seus meios, como recursos materiais e humanos, e estabelece prioridades de atuação do profissional, conforme as necessidades institucionais. Tais requisições interferem no conteúdo do trabalho, visto que delimitam possibilidades e impõem limites (IAMAMOTO, 2008).

Esta problematização a respeito do trabalho do Serviço Social, em sua dimensão abstrata, como trabalho assalariado envolto nos dilemas da alienação, conforme as condições objetivas de sua profissionalização é apenas um pólo de sua dimensão contraditória. Do ponto de vista do seu valor de uso a dimensão concreta desta atividade atende às demandas da classe trabalhadora com vistas à melhoria relativa de suas condições de vida, abarcando direitos sociais que em sua intensa maioria foram fruto da luta de classes.

O Serviço Social brasileiro construiu democraticamente sua normatização, baseada em valores radicalmente humanistas, expressos no Código de Ética profissional de 1993, entre os quais: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos, defesa da cidadania e da democracia, da equidade e da justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito entre outros (IAMAMOTO, 2008).

O projeto profissional, não possui um caráter corporativo, voltado aos interesses específicos da categoria profissional, ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais ele as ultrapassa. Aquele possui uma dimensão de universalidade voltada à luta no campo democrático por direitos sociais e fundamentalmente a luta junto às forças populares por uma nova ordem societária, onde o homem prevaleça sobre as coisas. Isto significa a aliança de parcela hegemônica da categoria profissional com forças sociais progressistas que almejam o alcance de interesses da classe trabalhadora. (idem)

4 CONCLUSÃO

A autora argumenta que é necessário considerar as relações históricas em que o trabalho profissional encontra-se inserido, apreender os aspectos que o submete aos ditames do trabalho alienado, uma vez que se encontra condicionado por determinações externas e socialmente objetivas, em uma sociedade cujo imperativo perpassa a valorização do capital. Contudo, é necessário considerar sua relativa autonomia, condicionada pela direção ético-política, visto que, nunca é demais reinterar: “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 219).

Conclui-se que em torno da categoria trabalho Marilda Iamamoto apoia-se nos textos filosóficos de Marx e na crítica da economia política para compreendê-la. Considera o trabalho como elemento fundamental do desenvolvimento humano, mas privilegia a análise da forma social e histórica do trabalho na sociedade burguesa. Em torno do trabalho profissional o compreende como elemento que é parte da totalidade das relações sociais em torno do capital, que cumpre uma função na reprodução das relações sociais de produção, mas que possui uma dimensão criativa, alicerçada nos preceitos ético-políticos provenientes de um projeto profissional que visa o atendimento de necessidades reais da classe trabalhadora, vinculadas aos direitos sociais alcançados por meio da luta de classes.

5 REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporális**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANTOS, K. Trabalho como conceito filosófico. **Revista Conhecimento Prático Filosofia**, São Paulo, n. 42, p. 24-35, 2014.